

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - DLCH
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2024)

OS EFEITOS DE DIRECIONALIDADE DO PAR LINGUÍSTICO *PORTUGUÊS/LIBRAS* SOB O OLHAR DOS TILSP: PONTOS E CONTRAPONTOS

Jozineide Fernandes de Lima¹
Jéssica Girlaine Guimarães Leal²

RESUMO

Depois de lutas por direitos de inclusão através do reconhecimento das Libras como língua oficial da comunidade surda, vemos um aumento no número de matrículas em instituições de ensino, seja em escolas públicas, seja em escolas privadas, em níveis de ensino básico ou superior. A fim de tornar-se um ambiente acessível baseado no respeito das condições de aprendizagem e de valorização dos discentes surdos, essas instituições passaram a ofertar um ensino de qualidade para esse público e, com isso, houve a demanda pelo profissional Tradutor Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP). Este trabalho tem como objetivo analisar se existe uma predileção na direcionalidade entre as línguas orais e/ou a língua de sinais realizada por TILSP que atuam no ensino superior do curso de Letras Libras da UFERSA. A metodologia empregada nesta pesquisa é a abordagem qualitativa e exploratória. Utilizamos, como subsídios teóricos, autores como Leal (2020), Quadros (2004), Rodrigues (2013). Concluímos que são vários os percalços envolvidos na atuação do TILSP; assim, constatamos que existe, de fato, uma predileção, ao versar do Português para a Libras, pelos TILSP do curso superior de Letras Libras da UFERSA. Esta preferência se dá por motivos de entraves que são encontrados na versão Libras/Português por questões relacionadas à ausência de competências e de habilidades no serviço de interpretação; e às dificuldades com as questões lexicais de tal língua. Nisso, compreendemos que essa predileção pode ser impulsionada pelas lacunas do processo formativo.

Palavras-chave: Interpretação Intermodal; Libras; Português; Formação.

ABSTRACT

After struggles for inclusion rights through the recognition of Libras as the official language of the deaf community, we see an increase in the number of enrollments in educational institutions, whether in public or private schools, at basic or higher education levels. In order to make an accessible environment based on respect for the learning conditions and appreciation of deaf students, these institutions have started to offer quality education for this public and, with this, there has been a demand for professional translators interpreting Libras and Portuguese-TILSP. The aim of this study is to analyze whether there is a predilection in directionality between oral languages and/or sign language performed by TILSPs working in higher education on the

¹ Graduanda do curso de licenciatura em Letras – Libras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Professora na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Libras course at UFERSA. The methodology used in this research is qualitative and exploratory. We used authors such as Leal (2020), Quadros (2004) and Rodrigues (2013) as theoretical support. We concluded that there are several difficulties involved in the work of the TILSP. We found that there is in fact a predilection to speak from Portuguese to Libras, by the TILSP of the higher course of Letras Libras at UFERSA, and that this preference occurs due to the difficulties encountered in the Libras/Portuguese version, whether due to issues related to the lack of skills and ability in the interpreting service, or difficulties with the lexical issues of this language. We understand that this predilection may be boosted by gaps in the training process.

Keywords: Intermodal Interpretation; Libras; Portuguese; Training.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o profissional tradutor/intérprete de LIBRAS, ou TILSP (Tradutor Intérprete de Línguas de Sinais e Língua Portuguesa), vem ganhando mais visibilidade por sua grande importância, exercendo função essencial para quebrar as barreiras de comunicação nos mais variados espaços. Esse profissional tem como atividade basilar promover acessibilidade linguística entre pessoas surdas e ouvintes, no que concerne ao âmbito educacional; assim, essa tem sido a sua principal área de atuação. A principal função da educação de surdo, nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, é facilitar a comunicação e a transmissão de informações entre o aluno surdo, o professor regente e os demais alunos ali envolvidos, promovendo acessibilidade linguística; conduzindo da LIBRAS para a Língua Portuguesa em sua versão oral ou escrita. Sabe-se, portanto, que é de suma importância o papel do TILSP na educação de surdos, pois é através desse profissional que os discentes têm seu direito linguístico assegurado, garantindo, assim, uma educação inclusiva a todos.

Ademais, a demanda de se ter um profissional em sala de aula, a qual contenha aluno surdo, vem crescendo desde a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do direito linguístico dos alunos surdos, os quais são assegurados pelo dispositivo legal n.º 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e de expressão dos surdos; e a Lei n.º 14.704, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, doravante TILSP. Essas conquistas se deram mediante os movimentos sociais do povo surdo em busca de seus direitos, pois, durante sua trajetória, os surdos enfrentaram barreiras para se integrar na sociedade como cidadãos, passando por momentos de exclusão, de confinamento; sendo considerados pessoas incapazes de raciocinar e sujeitos sem linguagem. Frente a esses movimentos, os sujeitos surdos vêm integrando-se aos mais diversos espaços, como no ensino superior.

No âmbito do ensino superior, ou no ensino básico regular, é necessário o serviço de tradução e interpretação, em específico no trabalho interpretativo da Libras para a Língua Portuguesa, o qual requer a versão voz do profissional TILSP, que demandará competências comunicativas, tradutórias e habilidades. Ao observar, no início da minha graduação, a atuação desses profissionais, bem como pela experiência que tive ao trabalhar como intérprete de Libras, é possível perceber e sentir alguns entraves para realizar a interpretação direta da Libras para o Português, visto que se tende a escolher a língua materna, sendo a mais favorável para a interpretação, uma vez que ela é a sua língua natural e que esse profissional teve um contato maior, sendo, desse modo, mais cômodo verter para a língua materna; e, ao passar da versão voz para a versão sinalizada, é necessário um esforço cognitivo com mais precisão.

Sob o contexto que emerge este trabalho, buscamos compreender quais os fatores que propiciam essa predileção em uma dessas línguas. Logo, esta pesquisa foi pensada com a finalidade de compreender melhor a atuação do TILSP, bem como de desvendar os motivos

pelos quais existe uma certa predileção pela versão voz no ato interpretativo da Língua Portuguesa para a Libras. Outrossim, objetivos gerais, analisar se existe uma predileção na direcionalidade entre as línguas orais e/ou a língua de sinais realizada por TILSP que atuam no ensino superior do curso de Letras Libras da UFERSA, o qual dialoga entre os efeitos dessas modalidades distintas. Percebemos, dessa forma, uma predileção dos alunos e dos TILSP na interpretação que versa do Português para a Libras, em detrimento da Libras para o Português. Nesse sentido, as perguntas que embasam esta pesquisa são:

- Quais os principais entraves na realização da interpretação versão voz da LIBRAS para a Língua Portuguesa?
- Existe alguma predileção da versão voz para as línguas de sinais; se sim, a que se deve essa predileção?
- Em relação ao perfil profissional: quais atribuições, habilidades, competências são exigidas no dia a dia de sua atuação?
- Quais foram as lacunas existentes no seu processo formativo?
- Para os cursos formativos, na formação TILSP, quais são os aspectos importantes a serem trabalhados com vista a minimizar esses problemas?

Desde o início da minha graduação em Letras – Libras, pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), tive um contato intenso com TILSP em sala de aula, em que foi possível observar e perceber a importância desse profissional no campo educacional, no âmbito do ensino superior, para o aluno surdo. No entanto, tive a oportunidade de trabalhar como TILSP em uma escola e, no desenvolver da atividade, enfrentei várias dificuldades, entre elas a que julgo a mais importante e que impulsionou esta pesquisa: a dificuldade de realizar a vocalização da Libras para o Português, uma vez que na direção inversa sentia-me mais confortável. Partindo desse interesse e em busca de melhor compreender quais os fatores que propiciam a predileção em uma dessas línguas, observamos um fenômeno distinto do que ocorre com os intérpretes de línguas orais, isto é, na maioria das vezes, é bastante comum trazer da língua fonte para a língua materna, sendo esta geralmente a mais favorável para a interpretação.

Sob esse contexto, este trabalho está organizado da seguinte forma: primeiramente, no tópico dois, trazemos um panorama da Constituição do Tradutor Intérprete de Língua Portuguesa e Libras no Brasil, em que montamos um apanhado de dispositivos legais, além dos autores: Quadros (2004), Rodrigues (2013) e Leal (2020), os quais trazem grandes contribuições bibliográficas que embasam este trabalho; no tópico três, adentramos na atuação do TILSP no âmbito escolar, no qual discutimos sobre a conceituação de tradução e interpretação; no tópico quatro, discorremos sobre os aspectos de modalidades de língua e as complexidades emergentes; no tópico cinco, apresentamos a metodologia da pesquisa, sucedida pelos resultados e pelas discussões localizados no tópico seis, com base nas entrevistas realizadas; e, por fim, no tópico sete, trazemos as considerações finais.

2 HISTORICIDADE DO PROFISSIONAL TRADUTOR/INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL

Durante a história desse profissional, observamos que suas atividades iniciais ocorreram de forma voluntária, exercidas por parentes, por amigos e através de instituições religiosas e, principalmente, no âmbito religioso, pois os parentes, que continham algum surdo na família, solicitavam a presença do intérprete para intermediar os diálogos entre eles e os ouvintes e levar a mensagem da palavra de Deus. A partir dessas atividades, essa profissão começou a ganhar destaque e valorização à medida que os surdos iam conquistando seus espaços na sociedade, espaços esses conquistados por intermédio de lutas e de manifestações que, conseqüentemente, trouxeram o reconhecimento da LIBRAS como língua oficial dos surdos perante a lei mencionada de n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, com o reconhecimento da língua de sinais; e

do decreto de n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei n.º 10.436, dispondo a garantia de acessibilidade linguística e cultural do surdo através da mediação feita pelos profissionais TILSP.

Desde o reconhecimento da LIBRAS no âmbito da educação inclusiva, houve a necessidade de trazer profissionais que atendessem as especificidades linguísticas desses alunos surdos. No Brasil, as primeiras iniciativas de profissionalização dos TILSP se deram através da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), na década de 1980, localizada no estado do Rio de Janeiro. A FENEIS é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que promove ações para integração da comunidade surda na sociedade, bem como desenvolve atividades políticas, culturais, educacionais e sociais para a difusão da língua de sinais em nosso país.

A FENEIS disponibiliza cursos profissionalizantes e capacitação para a qualificação dos TILPS; como podemos ver, a FENEIS trouxe grandes contribuições para a comunidade surda através de ações para a valorização dos surdos. Apresentamos, a seguir, uma breve descrição de como ocorreu a consolidação dessa profissão no Brasil, com base em Quadros (2004):

- a) Presença de intérpretes de língua de sinais em trabalhos religiosos iniciados por volta dos anos 80.
- b) Em 1988, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete.
- c) Em 1992, realizou-se o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS que promoveu o intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes no país, discussões e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes fundado mediante a aprovação do mesmo.
- d) De 1993 a 1994, realizaram-se alguns encontros estaduais.
- e) A partir dos anos 90, foram estabelecidas unidades de intérpretes ligadas aos escritórios regionais da FENEIS. Em 2002, a FENEIS sedia escritórios em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro.
- f) Em 2000, foi disponibilizada a página dos intérpretes de língua de sinais: www.interpretels.hpg.com.br. Também foi aberto um espaço para participação dos intérpretes através de uma lista de discussão via e-mail. Esta lista é aberta para todos os intérpretes interessados e pode ser acessada através da página dos intérpretes.
- g) No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a lei federal que reconhece a língua brasileira de sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Tal lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e na formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal (Quadros, 2014, p. 14).

Fazendo-se uma retomada sobre os dispositivos legais que reconhecem e regulamentam a LIBRAS, é importante mencionar que, nos dispositivos mencionados anteriormente, estes dispõem de diretrizes para a formação do TILPS no ensino de nível superior, oportunizando a institucionalização de cursos superiores de Letras - Libras nas universidades do país, bem como a inserção da disciplina nos cursos de formação de professores em níveis médio e superior, como discorre o Art. 3.

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso

normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005, n.p.).

Neste capítulo, temos a ampliação da disciplina LIBRAS, de forma obrigatória, nos variados cursos de licenciatura e, também, como disciplina optativa nos cursos variados de educação superior. Diante da oferta da disciplina de LIBRAS, percebemos que houve avanços significativos para a inclusão dos surdos e a difusão da LIBRAS na sociedade. No que concerne ao perfil formativo de tradutores e de intérpretes de LIBRAS, atualmente, a Lei n.º 14.704, de 25 de outubro de 2023, citada anteriormente, altera a Lei n.º 12.319/10, de 1º de setembro de 2010, que dispõe sobre o profissional TILSP no Art. 4.

O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de:

I – diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;

II – diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras;

III – diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa (BRASIL, 2023, n. p)

Com a expansão da LIBRAS e os avanços na inclusão dos surdos nos variados espaços da sociedade, impulsionou-se a demanda do trabalho dos TILSP em diversas áreas públicas, a exemplo dos serviços médicos, jurídicos, penitenciários, educacionais, de assistência social, realizando-se traduções de textos escritos, orais, bem como a interpretação da Libras para a Língua Portuguesa (vice-versa). Em decorrência disso, nos situaremos sobre o papel do intérprete, fundamentando-se em Quadros (2004):

a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito) (Quadros, 2004, p.28).

Para realizar a função de TILSP é necessário não somente ter habilidades linguísticas; mas também, requer o uso de técnicas de um conhecimento especializado, pois, a sua atividade laborativa, seja na tradução, seja na interpretação, não é feita de qualquer maneira, devem ser considerados os aspectos de performance desse profissional, como o conhecimento de línguas, o conhecimento cultural e o domínio específico em relação ao saber traduzir/interpretar.

Posto isso, é importante apresentar o conjunto de competências, que compõem o seu exercício profissional, fundado em Quadros (2004):

(1) competência linguística - habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação (habilidades em entender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances e habilidade em expressar corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo), os intérpretes precisam ter um excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação (ter habilidade para distinguir as ideias principais das idéias secundárias e determinar os

elos que determinam a coesão do discurso).

(2) competência para transferência - não é qualquer um que conhece duas línguas que tem capacidade para transferir a linguagem de uma língua para a outra; essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo (sem distorções, adições ou omissões), habilidade para transferir uma mensagem na língua fonte para língua alvo sem influência da língua fonte e habilidade para transferir da língua fonte para língua alvo de forma apropriada do ponto de vista do estilo.

(3) competência metodológica - habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc.), habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias, habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário, habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso, habilidade para recordar itens lexicais e terminologias para uso no futuro.

(4) competência na área - conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.

(5) competência bicultural - profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação (conhecimento das crenças, dos valores, das experiências e dos comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo e apreciação das diferenças entre a cultura da língua fonte e a cultura da língua alvo).

(6) competência técnica - habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar, habilidade para usar microfone e habilidade para interpretar usando fones, quando necessário (Quadros, 2004, p. 73).

Desse modo, compreendemos que, de fato, o ato interpretativo não envolve apenas o domínio da língua para uma atuação eficiente, mas sim, envolve um conjunto de conhecimentos aprofundados de ambas as línguas e as técnicas que envolvem o uso de diferentes competências para perpassar de uma fonte para a outra. Em decorrência disso, consideramos o trabalho do TILSP como uma atividade complexa que requer uma formação específica para o pleno desenvolvimento das competências e das habilidades necessárias.

Corroborando com as competências no ato interpretativo, Leal (2020) reitera sobre as devidas habilidades que são de suma importância para este profissional TILSP.

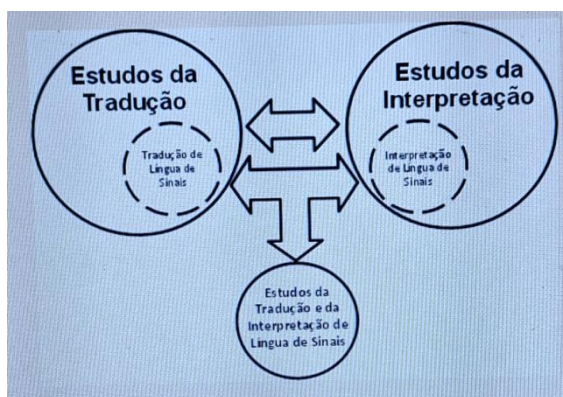
Como foi possível constatar, apenas o domínio de língua não assegura a atuação como TILP de qualidade, é necessário abarcar um conjunto de conhecimentos declarativos (teóricos, saber o quê), procedimentais (práticos, saber como), explicativos (saber o porquê), atitudinais (saber como agir), temáticos (conhecimento de mundo, saber assuntos diversos e conteúdo específicos), bem como domínio de habilidades sociais, culturais, interacionais, expressivas, de uso de tecnologia etc.; de capacidades (linguísticas, pragmáticas, discursivas, sociais, cognitivas, etc.); além de saberes didáticos e pedagógicos intrínsecos à escolarização e de fatores psicofisiológicos (bom senso, autocontrole, raciocínio crítico, empatia, etc.) (Leal, 2020, p. 48).

Em síntese, observamos que, na atuação do TILSP, é essencial uma diversidade de competências e de habilidades demonstradas pela autora. Em se tratando do viés linguístico, é importante destacar a existência dos efeitos de modalidades de línguas, pois os seus sistemas de reprodução e de percepção são diferentes. Ou seja, na Língua Portuguesa, o canal comunicativo e de reprodução é através do oral-auditivo, sendo que, na Língua de Sinais, o canal de comunicação é o gesto-visual e espacial, que requer um conjunto de técnicas específicas para realizar a atuação tradutória e interpretativa intermodal. Compreendendo melhor a sua atividade laborativa, iremos adentrar em uma das principais áreas de atuação, o âmbito educacional, no qual se tem alavancado a visibilidade para como esse profissional, bem como a oportunidade da inclusão de sujeitos surdos no âmbito escolar.

3 ATUAÇÃO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ÂMBITO ESCOLAR

O tradutor intérprete de língua de sinais atua em duas frentes: tradução e interpretação, sobre as quais, embora estejam interligadas, existem especificidades para realizá-las em sua atividade laborativa. O profissional TILSP realiza a interpretação de uma língua oral para a sinalizada e da língua sinalizada para a língua oral, mas, antes de adentrar nos aspectos que permeiam sua atuação, consideramos interessante discutir a respeito dos conceitos que perpassam essas duas frentes, para um melhor esclarecimento. Recorremos, assim, aos autores Rodrigues e Beer (2015, p. 7 *apud* Leal, 2020, p. 26), os quais abordam a definição desses conceitos, conforme veremos, abaixo, na figura 1.

Figura 1 - Interseção dos campos disciplinares e a localização dos ETILS



Fonte: Rodrigues e Beer (2015, p. 7)

Nesse sentido, a tradução é entendida como um ramo vasto que envolve línguas distintas e uma delas é a língua de sinais, fato que ocorre da mesma forma com o campo da interpretação. Como bem mostra a figura acima, existe um paralelismo entre esses campos no qual ambos estão interligados. Firmamo-nos nas concepções de Rodrigues e Santos (2018) ao apresentarem a seguinte diferença entre *tradução* e *interpretação*:

(i) o caráter do texto fonte: concluído e registrado *versus* em fluxo e transitório; (ii) a condição de trabalho: menos dependente do contexto e sem a obrigatoriedade de contato com o público *versus* totalmente dependente do contexto e com a necessidade de contato com o público; e (iii) o registro do produto: automático e duradouro *versus* não automático e efêmero. Para realizar-se uma interpretação, vale salientar, que não é apenas versar de uma língua para outra, há um conjunto de intenções, discursos e sujeitos singularmente distintos que desconhecem a língua (as línguas) à qual pretende ter acesso (Rodrigues; Santos, 2018, p. 3).

Sob esse viés, compreendemos que a interpretação é uma categoria da tradução; para tanto, existe um fator principal em comum que difere os dois termos, a saber: o tempo. De um lado, na tradução existe um longo tempo para se realizar os processos, pois se remete a textos escritos; por outro lado, a interpretação ocorre no momento exato do discurso, sem pausas. Para reforçar essas distinções, Rodrigues (2013) dispõe sobre como isso ocorre na prática.

O intérprete, diferentemente do tradutor, precisa dar conta de uma série de processos simultânea e ininterruptamente. Vale destacar, também, o fato que o domínio do texto oral e do texto escrito pressupõe diferentes habilidades, sendo que o intérprete precisa não somente conhecer a língua, mas dominar as sutilezas, as nuances e as especificidades da expressão oral das línguas em que atua, ainda que não domine bem a escrita dessas línguas (Rodrigues, 2013, p. 38).

Segundo a definição de Rodrigues (2013), entendemos que, além de serem frentes diferentes, são necessárias habilidades específicas para realizá-las. Posta essa distinção, adentraremos na atuação educacional.

No âmbito escolar, o intérprete educacional (IE) vem ganhando visibilidade por sua grande relevância no processo de escolarização dos sujeitos surdos, pois, devido à crescente demanda de matrículas de alunos surdos em vários níveis de escolarização, seja em redes públicas, seja em redes privadas, há o requerimento da presença desse profissional, uma vez que é primordial para possibilitar a acessibilidade linguística e a permanência dos discentes surdos nas instituições de ensino, como alude Quadros (2004):

Considerando a realidade brasileira na qual as escolas públicas e particulares têm surdos matriculados em diferentes níveis de escolarização, seria impossível atender às exigências legais que determinam o acesso e a permanência do aluno na escola observando-se suas especificidades sem a presença de intérpretes de língua de sinais. Assim, faz-se necessário investir na especialização do intérprete de língua de sinais da área da educação (Quadros, 2004, p. 59).

Dessa maneira, considera-se que a presença do TILSP é de suma importância para a promoção inclusiva do aluno surdo, pois, como sabemos, existem inúmeras dificuldades acarretadas pelas questões de barreiras comunicacionais, reverberando em precarização do seu processo de escolarização, isto é, durante o processo educacional ocorrem lacunas que prejudicam o seu pleno desenvolvimento.

Aliando-se ao pensamento anterior, o Art. 23, da Lei n.º 5.626, de dezembro de 2005, preconiza que:

As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL.2005, n.p)

Como observamos, a Constituição preconiza o direito de todos à educação, isto é, a educação é um direito público subjetivo, obrigatório a todos os brasileiros, inerente à dignidade humana, visando ao pleno desenvolvimento do cidadão. Nessa perspectiva, o trabalho do TILSP é mais presente no âmbito educacional por ser um direito preconizado nos dispositivos legais e os sujeitos surdos terem direito ao acesso à educação, de maneira que nos demais âmbitos não existe tanta atenção quanto a que verificamos existir no ambiente educacional.

Nisso, o TILSP que realiza a mediação de uma língua para outra deve ter um conhecimento aprofundado das estruturas gramaticais pertinentes a cada língua, pois, como veremos no próximo tópico, cada língua possui modalidades distintas, tendo em vista que ele irá atuar nessas duas frentes.

4 ASPECTOS DE MODALIDADE ENTRE A LÍNGUA PORTUGUESA E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: QUAIS AS DIFERENÇAS?

As línguas, por serem línguas naturais, apresentam alguns aspectos que são comuns; existem princípios universais que as regem, seja na Língua Portuguesa, seja na Língua Inglesa, seja na Língua de Sinais, as quais, apesar das diferenças em suas estruturas, apresentam aspectos comuns, sendo eles: a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática. Portanto, compreendemos que elas se diferenciam pela forma como são percebidas e produzidas. Analisaremos, no quadro abaixo, a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais, colocando-as em paralelismo, em consonância com os aspectos listados, abaixo, por Quadros

(2004):

Quadro 1 – Diferenças entre a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa

QUAIS AS DIFERENÇAS?	
LÍNGUA DE SINAIS	LÍNGUA PORTUGUESA
(1) A Língua de Sinais é visual-espacial.	(1) A Língua Portuguesa é oral-auditiva.
(2) A Língua de Sinais é baseada nas experiências visuais das comunidades surdas mediante as interações culturais surdas.	(2) Enquanto a Língua Portuguesa constitui-se baseada nos sons.
(3) A Língua de Sinais apresenta uma sintaxe espacial, incluindo os chamados classificadores.	(3) A Língua Portuguesa usa uma sintaxe linear, utilizando a descrição para captar o uso de classificadores.
(4) A Língua de Sinais utiliza a estrutura tópico-comentário.	(4) Enquanto a Língua Portuguesa evita este tipo de construção.
(5) A Língua de Sinais utiliza a estrutura de foco através de repetições sistemáticas.	(5) Este processo não é comum na Língua Portuguesa.
(6) A Língua de Sinais utiliza as referências anafóricas através de pontos estabelecidos no espaço.	(6) Exclui ambiguidades que são possíveis na Língua Portuguesa.
(7) A Língua de Sinais não tem marcação de gênero.	(7) Enquanto que, na Língua Portuguesa, o gênero é marcado a ponto de ser redundante.
(8) A Língua de Sinais atribui um valor gramatical às expressões faciais.	(8) Esse fator não é considerado como relevante na Língua Portuguesa, apesar de poder ser substituído pela prosódia.
(9) Coisas que são ditas na Língua de Sinais não são ditas usando o mesmo tipo de construção gramatical na Língua Portuguesa. Assim, tem vezes que uma grande frase é necessária para dizer poucas palavras em uma ou outra língua.	(9) Na Língua Portuguesa há a existência de preposições, artigos e conectivos usados nas frases. E segue sempre a construção sujeito (s) verbo (v) e objeto (o).
(10) A escrita da Língua de Sinais não é alfabética.	(10) A Língua Portuguesa é alfabética.

Fonte: Quadros (2004, p. 84).

Conforme destacado no ponto 1, a Libras é uma língua de modalidade gesto/visual. Acerca dessa afirmação, Quadros e Karnopp (2007, p. 47) declaram que: “as línguas de sinais são denominadas línguas de modalidades gestual-visual (ou espaço-visual), pois as informações linguísticas são recebidas pelos olhos e produzidas pelas mãos”. Com isso, as percepções linguísticas se dão através de combinações de sinais/de expressões que são realizadas em um determinado espaço, as quais juntas formam enunciados, palavras; por outro lado, a Língua Portuguesa faz o uso da modalidade oral/auditiva. No ponto 2 é apresentada a forma como os surdos compreendem os fatos ao seu redor, ou seja, a forma de ver, de interagir e de entender o mundo, respaldada na experiência visual, sendo este um fator importante, já que na Língua Portuguesa as experiências são baseadas nos sons e no ouvir, portanto, a experiência visual é um artefato cultural do sujeito surdo.

No ponto 3 é enfatizado o uso de classificadores; nas línguas de sinais há a presença de classificadores que não são utilizados na Língua Portuguesa, pois nesta língua os objetos, por exemplo, são descritos por palavras escritas ou pela oralidade. Os classificadores na Libras são responsáveis por apresentar minuciosamente os objetos, a contação de histórias e as situações. No ponto 4, vemos a utilização do tópico-comentário, o qual é pouco utilizado na Língua Portuguesa. O termo *tópico-comentário* se refere a uma tipologia frasal bastante utilizada na Libras, a qual fornece informações que retoma ao assunto principal do discurso, haja vista que

na Libras a ordem das frases não segue a mesma ordem básica da Língua Portuguesa, isto é: sujeito (S), verbo (V) objeto (O) - SVC. Na Libras, a ordem mais comum é a sequência SOV.

No ponto 5, há a retratação sobre a estrutura de foco que é utilizada na Libras, fato que na Língua Portuguesa não é comum, pois nessa estrutura, com foco na repetição/na duplicação, o destaque é dado ao que se está sendo proferido no início da frase, trazendo a mesma palavra para o final da sentença. No ponto 6, a autora deixa em evidência o uso de referentes colocados no espaço de sinalização, diferentemente da Língua Portuguesa na qual existem esses referentes, já que a sua modalidade é oral-auditiva. Os referentes utilizados no espaço de sinalização podem ser feitos através de apontamentos que marcam os devidos lugares de pessoas ou de objetos, sejam físicos, sejam imaginários postos naquele ambiente.

No ponto 7, temos a marcação de gênero-sexo que não ocorre nos sinais em Libras, sendo corriqueiro na Língua Portuguesa. Na Libras é comum utilizar este símbolo “@” na forma escrita, diferentemente da Língua Portuguesa, na qual a marcação de gênero ocorre através do contexto, designando um sinal próprio para indicar gênero *homem*, *mulher*, *menino*, *menina* no início do discurso. No ponto 8, as expressões faciais ganham destaque por enriquecer o significado dos sinais na Libras, enquanto que, na Língua Portuguesa, a prosódia, ou seja, os sons dão ênfase na fala.

No ponto 9, a autora ressalta que nem tudo que é dito na Língua Portuguesa será falado em Libras. A autora ainda exprime que grandes frases na Língua Portuguesa são reduzidas na Libras, isso ocorre pelo fato de que na Libras não são utilizados conectivos, artigos e preposição. No ponto 10 é dito que a Libras não é alfabética; na Libras, o alfabeto é utilizado com empréstimo linguístico da Língua Portuguesa para que os surdos possam identificar nomes próprios. Mediante a essas gamas de divergências entre a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais é de extrema importância que o TILSP esteja atento a esses aspectos linguísticos. No tópico seguinte, encontraremos alguns impasses que estão atrelados ao ato interpretativo e consideramos a importância de abordar esse assunto neste trabalho.

4.1 O ato de interpretar e suas complexidades

A interpretação envolve aspectos importantes que devem ser levados em consideração, pois a falta de um deles pode mudar totalmente a informação que está sendo transmitida. Ao observar a interpretação que ocorre no momento, sem pausas para a tradução, percebemos que é relevante o cuidado na captação das informações que estão recebendo ou nas informações que estão sendo transmitidas. Nesse sentido, Quadros (2004) esclarece que:

[...] ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos (Quadros, 2004, p. 27).

No processo interpretativo, o TILSP faz uso de recursos linguísticos que favoreçam a sua interpretação com clareza, ou seja, ele busca recursos que viabilizem a melhor forma de transmissão das informações a serem reproduzidas, seja na versão voz, passando da LIBRAS para a Língua Portuguesa, ou na inversa, ao tratar especificamente na versão voz, conforme Leal (2020, p. 39):

Quando pontuamos sobre a interpretação voz, essas questões se intensificam, pois é por meio da fala oral do intérprete que os interlocutores ouvintes terão acesso ao discurso produzido em língua de sinais pelo locutor surdo, e a voz e a expressividade devem ser observadas cuidadosamente, sendo tratadas por esse profissional como

instrumentos de sua atuação (Leal, 2020, p. 39).

Cabe ao profissional TILSP fazer o uso de interpretação com clareza para que os interlocutores surdos e ouvintes, sendo este profissional fiel ao discurso de todos os envolvidos, possam acompanhar as informações. Em outras palavras, uma interpretação com clareza requer desse profissional habilidades e competências para transpor nas duas línguas, sendo que a interpretação Português/LIBRAS irá requerer desse profissional mais expressividade e uso de recursos que são encontrados dentro dos aspectos linguísticos dessa língua. Em contrapartida, na interpretação da LIBRAS/Português não se dispõe de tantos recursos assim.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa será conduzida por uma abordagem qualitativa, na qual buscaremos compreender os fenômenos a partir de seus significados atribuídos na sociedade, partindo de um estudo bibliográfico para a fundamentação da temática, com base nas obras: “Interpretação Intermodal da Libras para a Língua Portuguesa na Modalidade Oral: entraves e avanços” (Leal, 2020); “O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa” (Quadros, 2004); “A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira: efeitos de modalidade e processos interferências” (Rodrigues, 2013). Para alcançar os objetivos propostos, recorreremos à metodologia exploratória, a fim de analisar as questões envolvidas no ato da tradução e da interpretação da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa.

A coleta de dados empregada neste trabalho foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. A pesquisa foi realizada com 4 TILSP, utilizando-se pseudônimos de P1, P2, P3 e P4, sendo dois profissionais egressos do curso de Letras/Libras e dois profissionais formados na área de TILSP atuantes na instituição de ensino superior, UFERSA - *Campus* de Caraúbas-RN. A entrevista ocorreu da seguinte forma: contatamos os sujeitos das entrevistas e, de prontidão, eles aceitaram participar; posteriormente, encaminhamos, de forma prévia, o envio do Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento (TCLE) da pesquisa e o agendamento da entrevista. A coleta foi feita em *lôcus*, presencialmente, na UFERSA.

Ademais, a nossa entrevista seguiu um roteiro semiestruturado, o qual nos permitiu traçar bem o perfil dos entrevistados e compreender alguns aspectos de forma minuciosa. Optamos pela escolha desses grupos de entrevistados de diferentes níveis formações e tempo de experiência na área, para podermos analisar melhor as questões envolvidas na predileção por uma das línguas, ora a Língua Portuguesa, ora a Língua de Sinais, e compreendermos quais as complexidades existentes. Segue, abaixo, o nosso roteiro elaborado por fonte própria.

Quadro 2 – Roteiro da Entrevista

1 - Sexo 2 - Faixa etária 3 - Formação 4 - Tempo de experiência 5 - Você gosta de atuar em qual direção da Libras para o português ou do português para Libras? Por que? 6 - Qual a sua maior dificuldade nessa direção? 7 - Qual a maior entrave para versar da Libras para a língua portuguesa? 8 - Para atuar como TILSP é necessário quais as habilidades e competências? 9 - Quais são as lacunas que você sente em seu percurso formativo? 10 - Para os cursos formativos, na formação TILSP, quais aspectos importantes a serem trabalhados com vista a minimizar esses problemas?
--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, abordaremos, detalhadamente, os resultados e as discussões das entrevistas realizadas. Como já mencionamos anteriormente, o quantitativo de sujeitos entrevistados foi de 4 sujeitos: P1, P2, P3 e P4, sendo 50% do público feminino e 50% do público masculino, na faixa etária entre 26 e 43 anos. P1 e P2 são egressos em Letras - Libras, com especialização na área de tradução e interpretação; P3 é licenciado em Letras - Libras, formado em tradutor intérprete pela associação dos profissionais do Ceará - IEL; e P4 é formada em tradutora intérprete de Libras pela FUNAD.

Com relação ao tempo de experiência, P1 conta com um ano e cinco meses; P2 com dois anos; P3 com vinte e dois anos e P4 com cinco anos. As primeiras três perguntas da entrevista traçam sobre os perfis dos sujeitos envolvidos. No quadro, abaixo, detalhamos as perguntas e as respostas concernentes às demais perguntas objetivas do nosso trabalho.

Você gosta de atuar em qual direção da Libras: da Libras para o Português ou do Português para a Libras? Por quê?

P1	Português para Libras, porque eu me sinto mais confortável em expressar a Língua de Sinais do que expressar na condição ou no enunciado de outro.
P2	Gosto da interpretação direta que é quando faço a tradução e a interpretação da Libras para o Português, porque o Português é minha L1; então, me sinto mais confortável em fazer essa tradução e interpretação do Português falado que é quando o surdo sinaliza e você diz o que ele está dizendo; você interpreta o que ele está falando.
P3	Na realidade, não tenho tanta predileção, porque eu me sinto à vontade nas duas esferas, nas duas áreas, mas, por exemplo, quando eu tenho um público que tem um tanto mais de influência na Língua de Sinais, mesmo se tratando de surdos, eu gosto de fazer a interpretação para a Língua de Sinais, por conta não da dificuldade em fazer, mas pelo <i>feedback</i> que tenho desse público, quando um surdo passa a compreender realmente sair da língua fonte, no caso, a Língua Portuguesa para a língua alvo, a Língua de Sinais, e aí ele dá opiniões [...].
P4	A que eu me sinto mais confortável, com certeza, é do Português para a Libras, assim, tecnicamente dependendo do contexto, eu prefiro fazer Português mesmo na interpretação direta, porque eu acho legal sensibilizar, agora, assim, se tivesse de preferir, seria a interpretação sinalizada mesmo do Português para a Libras.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quando questionados sobre a sua preferência na direção de atuação, 75% das respostas apontam a direção do Português para a Libras, esse fenômeno ocorre em razão de alguns fatores que favorecem essa predileção ao versar da língua fonte “A” - Língua Portuguesa para a língua alvo “B” - Língua de Sinais, pois estudos mostram que alguns desses fatores podem estar relacionados à falta de monitoramento, que, no momento de sua atuação na interpretação do Português para a Libras, não há percepção de erros ou de falhas, fazendo com que esse profissional considere a sua sinalização compreensível. Leal (2020) reitera:

Muitos intérpretes preferem essa direção, então há uma assimetria de direcionalidade, inclusive porque os intérpretes acreditam que fazem melhor na segunda língua e se sentem mais seguros em fazer nessa direção da língua A, que é a sua materna para a língua B. Destarte que preferir determinada direção de interpretação não corresponde necessariamente a ter um melhor desempenho nessa tarefa (Leal, 2020, p. 42-43).

Essa predileção pela versão Português/Libras pode ainda ser favorecida pela sensação de estar desempenhando, de forma clara e precisa, determinado contexto, mas, muitas vezes, pode ocorrer que as informações não estejam sendo repassadas com tanta precisão para esse público e, devido à baixa escolarização dos surdos, não há tantas exigências assim,

diferentemente de um público ouvinte, tornando uma interpretação confortável.

Qual a sua maior dificuldade nessa direção?

P1	A maior dificuldade que, às vezes, eu encontro são questões de vocabulários específicos, né? Como eu atuo na área de interpretação educacional, às vezes, nos deparamos com algumas disciplinas técnicas, que exigem certos sinais específicos para representar aquilo que será interpretado. Então, às vezes, acabamos nos deparando com essa situação que, às vezes, gera uma necessidade para tentar passar o que está sendo dito em Língua Portuguesa para a Língua de Sinais.
P2	Como o Português é minha L1, eu não sinto tanta dificuldade, porque estou repassando da Libras para o Português, é confortável para mim, mas não quer dizer que não tenha dificuldades, às vezes, é o vocabulário, dependendo do contexto da interpretação direta, depende de uma temática que você não tem afinidade, às vezes, falta vocabulário e termos técnicos [...].
P3	As dificuldades que podem ocorrer [...] são as questões de escolhas lexicais tanto em Libras, tanto em Português, questões de momento, de você saber qual é o sinal que é mais apropriado ou que palavra realmente equivale àquele sinal, naquele momento.
P4	[...] é a questão da modalização, se cansa bastante não que seja dificuldade, mas é que cansa muito, porque, tipo assim, porque eu tenho que ver o que eu tô interpretando em sala de aula, eu vejo o surdo que está dependendo dos meus conhecimentos que já adquiri naquela disciplina; então, eu vou fazendo o seguinte, vou fazendo as anotações necessárias, isso se torna bem cansativo [...], mas, assim, eu tento trazer os exemplos de coisas que eu já sei que eles têm em conhecimento, já tiveram contato em conversas, em seminários que eles já apresentaram, coisa assim; eu acho que as dificuldades são os sinais que eu não lembro.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao abordar sobre a questão das dificuldades, P1, P3 e P4, na direção Português/Libras, e P2, na direção Libras/Português, relatam sentir tais dificuldades, como: as escolhas lexicais, vocabulários para contextos específicos e fator tempo. Partindo desses apontamentos, constatamos que para haver um bom desempenho na interpretação não é necessário apenas ser fluente na língua alvo, mas ter as competências linguísticas de saber utilizar as escolhas lexicais para determinadas situações, pois não adianta o TILSP está em frente ao seu público interpretando com sinais soltos, sem contextualizar, é importante que este saiba fazer as escolhas lexicais corretamente.

Qual o maior entrave para versar da Libras para a Língua Portuguesa?

P1	Eu acho que um dos maiores entraves é a questão da construção de sentido no seu cognitivo, porque a tradução simultânea, quer dizer, a interpretação simultânea, quando ela é realizada, onde o surdo está sinalizando e o tradutor, em termos específicos, está ali recebendo a informação, é algo que você está recebendo simultaneamente. E, além de você receber a informação, você tem que estruturá-la na Língua de Sinais. Isso você tem que levar a alguns requisitos na situação, como, por exemplo, quem é o surdo, qual o nível linguístico do surdo. E aí você tem que está num processo cognitivo, digamos assim, muito pesado para conseguir. Conseguir trazer de uma forma fiel, que fidedigna o que o surdo está ali trazendo em sua sinalização.
P2	Maior entrave, para mim, às vezes, depende, o vocabulário pra fazer uma interpretação em Libras para o Português falado, você vai usar termos diferentes quando você vai interpretar um aluno, você faz uma escolha; você vai interpretar um professor/doutor, você não pode fazer a mesma escolha do mesmo jeito. Um aluno: a interpretação dele será mais básica, mais simples, de acordo com a sinalização dele; quando um professor surdo ou doutor: você não pode usar termos coloquiais, você tem que usar termos formais; não que com alunos você não

	use, mas existe essa diferença mais voltada para o vocabulário, fazer esse tipo de assimilação do vocabulário, tentar enquadrar.
P3	São as estratégias de equivalência para poder chegar para professores, e de Português para a Libras é que a palavra pode bater na equivalência na produção de sentido, porque ambos a gente não interpreta sinal, ou interpreta a palavra, a gente vai interpretar os sentidos.
P4	Primeira coisa, quando eu não tenho contato com o sinalizante se torna mais difícil, porque assim... quando eu já tenho mais contato, eu já percebi que a facilidade é bem maior, tipo assim, eu consigo desenvolver bem melhor a fala e também a questão do conteúdo, quando às vezes o conteúdo não vem antes, aí já é mais difícil, tem as questões dos materiais, a questão do contexto, eu peguei da metade, é uma palestra; é uma aula, eu cheguei na metade, aí já dá mais uma dificuldade em geral é isso e, então, em geral às vezes trago vocabulário mesmo, porque, pronto, eu num tive acesso ao material pronto, beleza, já é mais difícil de construir o vocabulário, eu ainda vou ter que ver se realmente é naquele contexto que está sendo aplicado aquele sinal, então, tipo assim, a maior dificuldade é essa.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao indagarmos sobre os entraves para versar da Libras para a Língua Portuguesa, os entrevistados pontuam questões relacionadas a um esforço cognitivo maior, ou seja, um esforço pela busca de referentes da língua fonte para a língua alvo, a fim de atingir os mesmos efeitos, ou seja, o TILSP precisa recorrer pela busca de termos/palavras/sinais próximos para dar sentido àquela determinada fala. Leal (2020) discorre:

A interpretação não tem uma preocupação com a durabilidade textual, com a qualidade do texto, com a forma do texto. Ela está mais ligada com a comunicação, a realização da comunicação, ao público compreender o que está sendo originalmente dito em outra língua, é uma preocupação com conteúdo, mensagem, as informações, com a promoção do entendimento entre os envolvidos (Leal, 2020, p. 40).

Alinhados à fala dos TILSP entrevistados e ao pensamento da autora Leal (2020), julgamos que a interpretação não pode ser realizada de qualquer maneira, é necessário levar em consideração uma gama de aspectos, os quais darão sentido ao contexto do discurso e irá requerer desse profissional habilidades específicas (domínio linguístico) para fazer o público alvo entender as informações de determinado contexto.

Para atuar como TILSP são necessárias quais habilidades e competências?

P1	A minha concepção: as principais são as competências linguísticas, né, que versão da interpretação do Português para Libras e da Libras para a Língua Portuguesa, né, é importante que você seja capaz de se expressar, né, em Língua de Sinais e também de compreender a sinalização do outro, né, e, além disso, têm outras competências que fazem parte da profissão de tradutor intérprete, né, que são as estratégias que estão em torno, né, da tradução, da interpretação direta ou inversa, né, que é necessário o sujeito ele ter e adquirir esse conhecimento, essas habilidades para que não seja uma interpretação, digamos assim, de qualquer jeito, né, uma necessidade ali de moldar, como eu mencionei o nível linguístico, por exemplo, isso é uma competência que o TILSP deve ter, porque se a gente pegar uma criança sinalizante e um adulto, por exemplo, que já é formado, um surdo formado, por exemplo, ensino superior, eles terão um nível de linguísticos diferentes, assim como também um surdo adulto que não está, por exemplo, na universidade. Então, eles possuem níveis linguísticos de vocabulário diferentes [...].
P2	Habilidades de competência, fluência na Libras, também tem que ter fluência na Língua Portuguesa, ter um vocabulário muito bom, ter estratégias de interpretação e tradução, ética profissionalmente que também é muito importante. Existem várias habilidades e competências, mas a que você tem que dominar são as estratégias de tradução e

	interpretação e também ser fluente na Libras, porque nem sempre ser fluente é necessário, você pode ser fluente ter uma gama de sinais infinitas você pode saber muitos sinais, mas quais estratégias você vai fazer pra jogar esse sinal, será se essa gama de sinais que você está jogando vai dar compreensão para o surdo, porque a gente sabe que não é só o sinal, tem os sinais, os classificadores, a utilização do exemplo, são vários elementos para poder chegar na interpretação para dar um sentido [...].
P3	Tem muitas competências, inclusive temos publicações que falam das competências do tradutor intérprete e é fundamental a interpretação da competência linguística se a pessoa é realmente bilíngue, ela saber lidar tanto com a Língua de Sinais como a Língua Portuguesa é fundamental ter essa habilidade se não tiver ele não é um bom intérprete, você tem que procurar estratégias competências técnicas onde a gente fala de ambientalização, do uso de classificadores tudo isso baixa aí nessa tecla.
P4	Todas as que estão no livro de intérpretes é necessário habilidade de transferência, de interpretação de tradução; é você realmente compreender o que está sendo dito além das competências, referencial, da competência na língua, da competência do contextual, do conteúdo e, assim, muito conhecimento de mundo. Eu acho que é uma competência, assim, incrível, principalmente conhecimento ético que é muito importante, o conhecimento de mundo [...].

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Todos os entrevistados afirmam que são de suma importância as competências linguísticas na transferência sejam da tradução, seja da interpretação, seja da competência da língua, seja das habilidades específicas. Um deles ainda destaca a competência para o uso de classificadores e outro enfatiza os requisitos citados por Quadros (2004) sobre tradutores e intérpretes de Libras. Vale ressaltar que observamos, nas falas dos TILSP entrevistados, a ausência de algumas competências e habilidades, as quais não foram mencionadas, tais como: competência metodológica, competência bicultural e competência na área.

Desse modo, ficaram evidentes falhas no processo de formação, pois esse é um fator importantíssimo para a atuação desse profissional; frisamos que além do domínio das línguas, é necessário o domínio de um conjunto de habilidades e de competências. Nessa perspectiva, Quadros (2004) discorre:

Diante dessas informações, considera-se fundamental que o intérprete reveja o seu processo de aquisição da língua de sinais e reflita sobre qual o seu desempenho na tradução e interpretação de uma para outra língua. [...] será que as competências desse profissional estão realmente sendo consideradas? Perceber os contrastes não basta, isso simplesmente serve para alertar as pessoas que estão exercendo a função de intérpretes. É necessário verificar as falhas no processo e buscar qualificação permanente (Quadros, 2004, p. 85).

Assim, as visíveis falhas que ocorrem no processo de formação acarretam prejuízos e entraves para realizar a interpretação da Libras para o Português e isso pode corroborar na predileção pela versão Português/Libras.

Quais são as lacunas que você sente em seu percurso formativo?

P1	Nessa questão, eu particularmente não me sinto com tanta propriedade de falar, porque de fato neste sentido da questão que vocês estão me perguntando não foi por esse caminho que eu segui. Mas, eu acredito que, nos percursos formativos de bacharel em tradução e interpretação, também na formação continuada, que é o que muita gente chama de técnico, eu particularmente percebo, digamos assim, não sei se poderia chamar de uma dificuldade, mas eu chamaria de uma entrave que é justamente seria a questão que muitos alunos, muitas vezes, chegam ainda com dificuldade na questão de sinalizar,
-----------	---

	de se expressar e também compreender a Língua de Sinais, [...] outra problemática uma é uma dificuldade que, às vezes, acontece, né, alguns cursos exigem que você passe por a banca alguns universidades não exigir tanto, às vezes, a gente quer de fato né, mas tem essa dificuldade esse percurso no mecanismo que, às vezes, a gente né acaba tendo uma certa dificuldade de acompanhar é todo o processo né que, ao mesmo tempo, que você está em fase de aquisição você também tem que estar na linha equilibrado com seus estudos né é essa experiência. Também, né, desse meio de discurso, né, que a gente está narrando, é o que às vezes também acontece nos cursos de. Esses entraves também ocorrem nos cursos de formação em Letras Libras que, muitas vezes, em sua maioria pelo menos é uma observação minha, que eu faço como aluno formado do curso de Letras Libras e percebi, na minha turma, que a maioria dos alunos não tinha essa aquisição, ainda estavam ali em seus primeiros passos, eu fui um dos que esteve nos primeiros passos e foi uma dificuldade, porque eu tinha que aprender a sinalizar, eu precisava cumprir as competências da aquisição do conhecimento, quanto ao ser professor, e compreender a semântica e a gramática dessa língua.
P2	Minhas lacunas no percurso formativo, principalmente aqui no semiárido onde eu trabalho, sinto falta de formação continuada ou formação para essa área, porque eu não tenho formação de tradutor ou intérprete de Libras, eu sou licenciada em Letras Libras, mas, devido a nova lei que diz, qualquer pessoa que tenha graduação em Letras Libras independente de ser bacharelado ou licenciatura esses estão aptos para trabalhar como tradutor/intérprete de libras, o que sinto mais falta é a questão da formação de intérprete, porque a gente está num cenário que as universidades precisam de um profissional tradutor/intérprete de Libras; ele precisa significamente da educação inclusiva, mas a gente não tem formação na área, a própria universidade não oferece, a gente não encontra em outras universidades, às vezes, quando a gente encontra é um curso técnico, por exemplo um curso que não é reconhecido pelo MEC, [...] então, assim, para eu sinto mesmo é a falta aqui da minha cidade, [...] porque temos o curso de Letras Libras é um dos campos que mais necessitam do profissional, mas é um curso que não forma profissionais para a área, o último e único curso que teve aqui para tradutor/intérprete de Libras a turma se formou em 2018, quer dizer que faz muito tempo, chances de ter novamente é nula.
P3	Nós não temos uma formação específica, por exemplo, eu sou o tradutor intérprete, na minha formação como tradutor e intérprete eles foram trabalhando em conjunto no mesmo espaço de tempo ora a disciplina de interpretação, ora a disciplina falava de tradução, mas a gente não chega enxergar realmente assim a diferença, com os anos que a gente percebe que há realmente uma diferença muito grande e também por questões que a formação ela não é específica, por exemplo; hoje, nós vamos falar a área de biologia pra quem vai pra área dos educacionais; hoje, você vai interpretar a área política, então você tem essa área de formação de conhecimento que adquiri com o tempo se tiver a oportunidade de atuar nesses fatos; hoje, nós temos intérpretes que atuam nessa área que dão cursos, minicursos, por exemplo, a empresa tal ou a instituição tal dá um curso formativo nessa área todo semestre novas turmas; hoje, a gente tem um pouco mais de conteúdo, porque as pessoas resolveram produzir os próprios profissionais não na formação do todo, mas um curso universitário para tradutores intérpretes na área da linguística que não tem isso, infelizmente.
P4	[...] Eu acho que falta mais teoria, tem muita coisa teórica da área de tradução que eu não tive contato em minha formação, porque basicamente a minha formação foi prática que foram os primeiro anos, foi a questão da aquisição da língua, eu fazia muita observação dos tradutores intérpretes e pra começo de formação mesmo foi prática; então, era prática interpretativa, prática de tradução, essas práticas; então, às vezes, eu acho que falta um pouco de conteúdo teórico de compreender todo processo tradutor tudo o que se estuda no bacharelado [...].

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao traçarem o perfil formativo, sentimos que foram inúmeras lacunas existentes nesse processo, em que podemos pontuar: falta de formação específica na área de tradução e interpretação nas universidades do semiárido, ausência de formação para áreas afins conforme listada por um dos entrevistados: biologia, química; ou por áreas específicas: jurídica, médica, etc. Esses apontamentos podem corroborar pela predileção na versão Português/Libras, visto que são várias as indagações na formação. Nesse sentido, Leal (2020) atesta:

[...] Outro ponto e diríamos um dos primordiais, é o da formação, pois a grande maioria das formações enfatiza a direção inversa, de Português para LIBRAS, isso é tão nítido que quando analisamos as grades curriculares de formação de TILP percebemos a escassez de disciplina de Língua Portuguesa, não há um aprofundamento na expressão vocal, dos cuidados com a voz, intensificar as questões fonoaudiológicas, de oratórias e do próprio Português para aperfeiçoar o arcabouço vocabular do TILP (Leal, 2020, p. 47).

Portanto, consideramos que o TILSP deve ter formação além dos requisitos mencionados; uma formação plural e interdisciplinar para poder prestar um serviço com mais aptidão. Retomamos ainda sobre as lacunas no curso de Letras - Libras por um TILSP citado, com o qual concordamos, que é um curso que mais necessita desses profissionais e não promove formação para essa área, bem como formações continuadas; sendo uma condição a ser refletida, em que o professor/a instituição pode trabalhar em cima desses aspectos para desenvolver essas competências.

Para os cursos formativos, na formação TILSP, quais são os aspectos importantes a serem trabalhados com vistas a minimizar esses problemas?

P1	Formação continuada e formação específicas para áreas afins; acredito que seja um dos caminhos para minimizar esses problemas.
P2	Aspectos importantes em vista de amenizar são os órgãos oferecerem esse tipo de formação continuada, seja um curso técnico, seja uma especialização, porque é muito difícil de encontrar, porque, às vezes, só tem em lugares muito distantes, por exemplo, tem um curso gratuito de tradução/interpretação na universidade pública em Santa Catarina. [...] então, para mim, o maior problema é que poderia minimizar mesmo era a oferta de formação continuada, sejam os cursos técnicos, sejam especializações na área.
P3	Uma das coisas que eu acho interessante é pra quem tá atuando e vai atuar ter um pouco de afinidade que faz parte de uma competência, chama-se competência referencial e aí seria interessante que os cursos pudessem proporcionar essas áreas a fim de que o intérprete pudesse se colocar para interpretar ou cursar e ser ministrado oficinas, cursos com maior frequência.
P4	Primeira coisa: criar bacharelado nas universidades, [...] tempo de duração que muita formação de intérprete dura apenas um ano, né, a maioria das que eu conheço. A minha inclusive foi de um ano, a gente já tinha conhecimento de Libras, fazia uma prova e entrava para estudar um ano, eu acredito que um ano é pouco [...] chegam na formação de intérprete são conteúdos que ficam muito rasos, muito superficiais, eles são importantes principalmente, eu já vi intérpretes que trabalham, que têm formação, mas não trabalham com ética; então, acredito que é uma coisa que está faltando muito na formação. Então, assim, eram cinco aula de ética, porque isso resolveria, assim, 75% dos problemas que existem na área de interpretação, porque quando o intérprete se forma, ele sabe interpretar, ele sabe fazer tradução, também falta o ensino da glosa, da preparação na tradução, é uma coisa que falta também a gente aprende, um pouquinho a manejar o audiovisual, aprendi um pouco, como é que faz, mas falta aprender mesmo a tradução, como funciona a tradução [...].

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com base no exposto, todos os TILSP entrevistados propõem a oferta de cursos e/ou de formações continuadas para tradutor e intérprete de Libras, bem como a criação de bacharelados nas universidades para TILSP, formações específicas para áreas afins, formações continuadas, formações éticas. Diante dessas afirmações, notamos que o caminho de profissionalização para TILSP é repleto de entraves, mas estes podem ser amenizados, revendo as grades curriculares de formação TILSP e proporcionando a oferta de formação direcionada para diferentes níveis e áreas, de forma a garantir o profissionalismo e a qualidade da interpretação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos estudos realizados neste trabalho, observamos que o profissional TILSP tem sido bastante requisitado para atuar nos mais diversos espaços da sociedade, como escolas, celebrações religiosas, festas culturais, etc.; e que essa atividade laborativa vem ganhando destaque, sendo de extrema importância para promover a inclusão de pessoas surdas nesses espaços. Consideramos, ainda, que um dos principais aportes foi a oficialização da Libras através de dispositivos legais.

Dessa forma, esta pesquisa ao tratar sobre os efeitos de direcionalidade do par linguístico Português/Libras, na atividade laborativa do TILSP, na qual, objetivamos analisar se, de fato, há uma predileção pela versão de uma determinada língua e a que se deve essa predileção; posto através das declarações, evidenciou-se a existência de uma predileção pelo par linguístico da Libras ao versar do Português para a Língua de Sinais.

Essa preferência se dá por motivos de entraves que são encontrados na versão Libras/Português; por questões relacionadas aos efeitos de modalidade, das competências e da habilidade no serviço de interpretação; por dificuldades com as questões lexicais de tal língua, voltadas para o vocabulário que, muitas vezes, dependendo do contexto de atuação, requer estratégias e habilidades específicas, as quais demandam conhecimentos aprofundados das lacunas na formação do TILSP.

Outrossim, compreendemos que este trabalho traz aspectos importantes sobre o serviço de interpretação da Libras para a Língua Portuguesa (vice-versa), bem como sobre a formação do TILSP, a qual pode contribuir para as pesquisas na área em evidência. Durante a construção deste trabalho, encontramos as seguintes limitações: fontes que discorriam sobre a predileção por uma das línguas orais ou de sinais, como também os entraves na interpretação da Libras para a Língua Portuguesa. Destacamos a ausência de algumas habilidades e competências necessárias para atuar como TILSP, as quais não foram mencionadas pelos entrevistados.

Por fim, a realidade evidenciada nas colocações dos entrevistados amplia a visão de que o papel do TILSP é uma atividade complexa, que requer, de fato, preparação específica, e que a oferta de cursos e de formações continuadas de aprimoramento pode minimizar as lacunas existentes. Conforme foi apresentado nas falas dos entrevistados, ficaram evidentes problemas formativos no que concerne à interpretação intermodal com foco na interpretação-voz. Sendo assim, esta pesquisa corrobora para que as instituições, que formam o profissional TILSP, possam refletir e rever sobre a formação desses profissionais, aperfeiçoando sua grade curricular e, conseqüentemente, oferecendo, para esses profissionais, práticas eficazes que estimulem e potencialize sua atuação laborativa no tocante à interpretação da Libras para o Português voz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei

n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000; e outras providências. D.O.U., Brasília.

BRASIL. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, Brasília, 2002, página 23.

GESSER, Audre. **O Ouvinte e a Surdez:** sobre ensinar e aprender a Libras. 1. ed.: Parábola Editorial, 2012. 192 p. ISBN: 978-8579340505.

LEAL, Jéssica Girlaine Guimarães. **Interpretação Intermodal da Libras para a Língua Portuguesa na Modalidade Oral:** entraves e avanços. Orientador: João Paulo Ampessan. 2020. 74 p. Tese (Graduação Bacharelado em Letras Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becke. **Língua de Sinais Brasileira:** Estudos Linguísticos. 1. ed.: Artmed, 2007. 222 p. ISBN: 978-8536303086.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. MEC: SEESP, 2004.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira:** efeitos de modalidade e processos inferenciais. Orientador: Fábio Alves da Silva Júnior, 225 p. Tese (Pós-Graduado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da UFMG, 2013.